

DÍVIDA DO ESTADO DO RIO É MAIS DE CR\$ 1.560 MILHÕES

RIO — O governador Faria Lima fez uma correção na dívida direta do Estado: Não é de Cr\$ 1.560 milhões como havia anunciado há duas semanas, mas de Cr\$ 2.294 milhões, o que não é ainda o total definitivo, pois não foi levantada a da administração indireta. Desse total, até agora apurado, Cr\$ 1.944 milhões terão que ser pagos até o final deste ano.

Lamentou não ter recebido dados sobre o montante da dívida herdada dos dois Estados, "pois teria acelerado contatos com várias áreas para no dia de sua posse já ter recursos necessários para cumprir, ou pelo menos continuar num ritmo maior as obras que já se achavam em execução. Assim, perdemos este primeiro mês, praticamente, em levantamentos".

PLANO

"O nosso plano de governo — continua o governador — bem como nossas diretrizes tiveram, portanto, um atraso de um mês. Além disso, o aumento de 20% determinado pelo Governo Federal trouxe um acréscimo no custo de pessoal da ordem de Cr\$ 100 milhões. Todos esses dados foram por nós analisados e chegamos a uma conclusão que me permitiu tentar obter recursos para, a médio prazo, tentar contrabalançar as dificuldades.

"Ninguém está mais interessado que nós em pagar, pois, no dia em que eu estiver quites com os empreiteiros e com os fornecedores, poderei deles exigir os pregos de mercado. Na verdade, quando o fornecedor comercia com qualquer tipo de material e sabe que só vai receber daqui a seis meses, evidentemente ele tem que colocar sobre o preço do produto o custo da inflação e os juros, já que o dinheiro que ele obtém através dos bancos terá que entrar nesses custos."

DÍVIDA INDIRETA

"A dívida indireta — acrescentou o governador Faria Lima — é desconhecida por falta de informações. As empresas estaduais, muitas delas, nos sonegaram informações, até à mudança das diretorias e o levantamento do montante ainda está sendo apurado."

A uma pergunta sobre se teria recebido um memorial dos empreiteiros, respondeu que até aquele momento nada recebera.

"Até o final de março já pagamos Cr\$ 436 milhões, restando portanto Cr\$ 1.508 milhões da dívida da administração direta a pagar até o final deste ano. Só ao Metrô nós já pagamos Cr\$ 33 milhões; aos empreiteiros e fornecedores, Cr\$ 12 milhões. Atualmente, temos no Tesouro Cr\$ 34 milhões em faturas prontas para pagar."

APREENSÕES

Quanto a apreensões já reveladas pela indústria de construção civil, por falta de uma defini-

ção da política urbana do Estado, o governador Faria Lima respondeu que o Governo Federal está pensando em fazer uma legislação, em ter uma política de uso do solo. Dentro desta política, estará a parte relativa à habitação.

"O Código de Obras do Estado é quase um diário oficial e é um problema evidentemente municipal. Tamoyo e seu grupo pertencem à nossa equipe. Nós trabalhamos em conjunto e eu não tomarei atitudes agora no sentido de mudar totalmente o Código de Obras porque, primeiramente, não tenho tempo e também porque é função municipal.

A uma outra pergunta, disse o governador que "é possível governar — embora a função seja política — numa posição apartidária e é o que eu tenho feito até agora. Há medidas administrativas que, evidentemente, não são bem aceitas quer pela Arena quer pelo MDB, e infelizmente eu estou fazendo a fusão de dois Estados, em que num a maioria é da Arena e no outro é do MDB. Desta forma, qualquer medida administrativa que eu tome e que abranja os dois ex-estados, ou desagrade a um ou desagrade a outro".

PREFEITURA

A pergunta sobre a localização física da Prefeitura foi respondida com o seguinte argumento: "Talvez vocês não saibam que o próprio Estado da Guanabara antigo tinha muitos poucos prédios próprios aqui, onde suas Secretarias estavam instaladas. A Secretaria de Saúde paga Cr\$ 300 mil de aluguel por mês e não está bem instalada. A Secretaria de Educação, idem, tanto que existe um projeto para construção do centro administrativo, na cidade nova.

Sobre a região metropolitana, disse o governador que "as atenções do Governo para essa área prioritária não significarão esquecimento para as demais. As diretrizes mostram o que será a nossa política de uso do solo e não poderemos absolutamente desprestigiar um município; cada um deles tem suas características, alguns com renda altíssima como o de Volta Redonda; outros com características agropecuárias. Não há nenhuma razão para que qualquer município se sinta prejudicado pela região metropolitana".

A uma pergunta sobre a poluição na Baía da Guanabara, refutou acusações de técnicos do ex-Estado da Guanabara, que apontavam a Petrobrás como a maior poluidora. "A maior poluição da Baía resulta na falta de sistemas de esgotos. Nossa idéia é evitar o lançamento innatura de esgotos, ao mesmo tempo que faremos a limpeza de rios e canais que lá desguam, como por exemplo o do Mangue cujo lançamento está totalmente assoreado, o que represa as águas do canal. O mesmo acontece

com o canal da Visconde de Albuquerque, onde consertaremos as comportas".

REFINARIAS

"Em termos de programas, a Secretaria de Planejamento está elaborando o projeto de sal para refinarias. As salinas existentes no Estado do Rio precisam melhorar para poderem ser enquadradas nos índices de qualidade exigidos pelo Ministério da Indústria e Comércio, que havia inclusive dado um prazo aos salineiros — até 30 de abril — para enquadramento. Conseguimos dilatar esse prazo para, em conjunto com os salineiros, melhorar a quali-

dade do sal, sem o que teríamos que fechar todas as salinas do Estado do Rio de Janeiro."

Outro destaque: a criação da Fundação Instituto de Desenvolvimento do Estado — FIDERJ, que estuda o setor de industrialização, bem como o Banco de Desenvolvimento — BD-Rio, que procurará atender aos pedidos feitos pelos empresários, não atendidos, quando o banco tinha a denominação de Bancoderj e só atuava na área do antigo Estado do Rio. Agora será um banco para todo o Estado e seu capital será aumentado consideravelmente, para apoiar instalações industriais e agropecuárias, entre outras.